

## Fulni-ô e música: um estudo sobre indígenas numa escola de ensino médio

*André Vasconcelos de Arruda*

UFPB

*andrearrudaym@hotmail.com*

*Maria Guiomar C. Ribas*

UFPB

*guiomarcarvalho@yahoo.com.br*

**Resumo:** Esta pesquisa de mestrado em andamento tem por objetivo compreender de que forma a presença de indígenas da etnia Fulni-ô conflui para aprendizagens musicais. Considera, portanto, a Lei nº 11.645, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena na educação básica. Busca conhecer os propósitos dos índios em suas visitas na Escola; como os estudantes vivenciam a experiência da interação, bem como as possíveis relações que estes estabelecem entre os conteúdos da educação musical na escola e a cultura musical indígena Fulni-ô compartilhada. Foca, em especial, as relações estabelecidas entre esses indígenas e estudantes investigados, a partir das práticas musicais compartilhadas, tendo como campo empírico uma escola pública de ensino médio no estado de Pernambuco. Do ponto de vista metodológico trata-se de um estudo de caso que contempla observações e entrevistas.

**Palavras chave:** educação musical no ensino médio; música indígena na escola; estudantes e a música dos Fulni-ô.

### Introdução

Esta comunicação traz uma pesquisa em andamento sobre as relações estabelecidas entre indígenas e estudantes em suas implicações educativas musicais. O conceito de música adotado está essencialmente fundamentado na perspectiva sociológica da música como prática social, defendido por Souza (1996; 2004; 2014), Kraemer (2000), entre outros. A fala de Anne-Marie Green, extraída do artigo de Souza (2014) complementa esse raciocínio ao afirmar da pertinência de se “estudar a música como uma realidade social com seus aspectos múltiplos, levando-se em conta que essas camadas se interpenetram” (GREEN, 2000 *apud* SOUZA, 2014, p. 109), ou seja, colocando-se em evidência a interdependência entre fato musical e fato social (SOUZA, 2014, p. 109). Baseado nessas premissas, busco compreender de que forma a presença

dos indígenas na escola conflui para aprendizagens musicais, focando, em especial, as relações estabelecidas entre esses atores sociais investigados, a partir das práticas musicais compartilhadas.

Temos como campo da pesquisa uma escola da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, localizada na cidade de Paudalho. Os indígenas Fulni-ô se hospedam na Escola, *locus* da pesquisa, e realizam uma itinerância em outros estabelecimentos de ensino do município. Essas visitas têm acontecido desde o ano de 2007, durante o mês de abril. Particularmente na escola estudada, eles realizam práticas de canto e dança tradicionais – com momentos que incluem a participação dos estudantes –, fazem palestras, expõem artesanato para venda, bem como realizam oficinas de artesanato e pintura corporal. O Coral da escola, formado por estudantes dos três anos do ensino médio, ensaia, com os índios, músicas tradicionais deles, como também versões, no idioma deles, de canções da música popular, e cantam e dançam juntos, visando um intercâmbio entre culturas.

## Sobre os Fulni-ô

Os Fulni-ô vivem no município de Águas Belas, no agreste de Pernambuco, a aproximadamente 340 km da capital Recife, numa região que integra o polígono das secas. Seu território compreende 115,5 km<sup>2</sup> dos cerca de 885,987 km<sup>2</sup> totais de Águas Belas e constituem uma população de aproximadamente 6.000 pessoas, que equivale a 16% da população total do município (SILVEIRA; MARQUES; SILVA, 2012, p. 32). São falantes do Português e do Yaathe. “No Nordeste brasileiro, excluindo o Maranhão, os Fulni-ô são o único povo indígena que ainda fala uma língua indígena (SCHRÖDER, 2012, p.8). O nome Fulni-ô, segundo os próprios indígenas, significa “povo da beira do rio” ou “povo que vive ao lado do rio”. Até o início do século XX, eles eram chamados de Carnijós (SILVA, 2015, p. 299).

Segundo Arruti (2004, p. 237 apud SILVEIRA; MARQUES; SILVA, 2012) “Os Fulni-ô, apesar de alguma miscigenação racial, e despossuídos de suas antigas terras por políticos locais, conservam a língua e os costumes de seus antepassados, assim como sua coesão social”.

Seu território está dividido entre a Aldeia Sede, ou Aldeia Grande, a Aldeia do Ouricuri e a Aldeia do Xyxyaklá. Na Aldeia do Ouricuri, eles realizam o ritual secreto do Ouricuri, que se constitui num marco étnico muito forte para a comunidade. Deste ritual, por exemplo, para o qual se retiram nos meses de setembro a novembro, só participam fulni-ôs. Ele é proibido para os cônjuges não indígenas, e os filhos de casamentos interétnicos só podem participar se iniciarem ainda na infância. Através do Ouricuri, o sentimento de pertencimento dos Fulni-ô em relação à sua comunidade étnica mostra-se expressivo (SILVEIRA; MARQUES; SILVA, 2012, p. 35). Esse aspecto é interpretado por Foti (2012, p. 63) como índice da capacidade de resistência dos Fulni-ô. Segundo Schröder,

A cultura Fulni-ô é muito particular até no contexto do Nordeste indígena. Há uma série de características culturais compartilhadas com outros povos indígenas no Nordeste, mas percebe-se diferenças fundamentais principalmente na religião e organização social e política (SCHRÖDER, 2012, p. 9).

A respeito de identidade étnica, Athias (2005, p.2) afirma que ela

[...] consiste num sentimento de pertencimento a um determinado grupo social, apoiando-se numa crença de origem comum e na construção de um repertório de elementos diacríticos que permite a comunidade étnica se definir, se organizar e se diferenciar diante dos outros (ATHIAS, 2005, p. 2).

Esse movimento dos Fulni-ô de estabelecer diálogos interculturais junto a escolas vai ao encontro da Lei nº 11.645. Essa pesquisa busca desvelar as implicações e aprendizagens dessas ações no que concerne ao campo de conhecimento da Educação Musical.

## **A Lei nº 11.645/2008**

A Lei nº 11.645/2008, que altera o artigo 26 da Lei nº 9.394/1996 (LDBEN), tornou obrigatório o estudo da história e cultura indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio. Essa é já uma complementação da Lei nº 10.639/2003, que tinha alterado o mesmo artigo estabelecendo a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira. Elas representam o resultado de esforços de movimentos sociais, pesquisadores

e sociedade em geral no sentido de garantir a dignidade humana em seus direitos à sociodiversidade e combater preconceitos, discriminações e injustiças contra indivíduos e coletivos.

A implementação da Lei, no entanto, ainda enfrenta grandes desafios. Sobre seu estágio de efetivação, as autoras abaixo nos apontam:

A partir de entrevistas com professores e da observação de aulas realizadas em diferentes estabelecimentos de ensino, percebemos que as atividades e os conteúdos que dizem respeito aos povos indígenas são não apenas muito limitados e restritos às efemérides escolares, mas também reprodutores de ideias ultrapassadas. Isto é, nos chamou a atenção – algo comprovado nos depoimentos coletados – o fato de que, ao se abordar a temática indígena nos dias de hoje, faz-se na escola praticamente a mesma coisa do que pessoas de 60 a 80 anos se lembram de ter aprendido quando crianças. (COLLET; PALADINO; RUSSO, 2014, p 5)

Segundo Silva (2013),

O que muitas das vezes aprendemos sobre os índios na escola está associado basicamente à imagem do que é também comumente veiculada [sic] pelas mídias: um índio genérico, com um biótipo de indivíduos habitantes na Região Amazônica e no Xingu. Com cabelos lisos, muitas pinturas corporais e adereços de penas, nus, moradores das florestas, e de culturas exóticas, etc. Ou também os diversos grupos étnicos são chamados de “tribos” e assim pensados como primitivos, atrasados. Ou ainda imortalizados pela literatura romântica do Século XIX, como nos livros de José de Alencar, onde são apresentados índios belos e ingênuos, ou valentes guerreiros e ameaçadores canibais, ou seja, bárbaros, bons selvagens ou heróis. (SILVA, 2013, p.3)

Ou ainda como se o indígena fosse um indivíduo que fez parte apenas do passado da sociedade brasileira, sem qualquer representatividade na contemporaneidade, o que vai de encontro aos propósitos da citada Lei.

Afirmar as sociodiversidades indígenas no Brasil é, portanto, reconhecer os direitos às diferenças socioculturais, é questionar a mestiçagem como ideia de uma cultura e identidade nacional. É buscar compreender as possibilidades de coexistência socioculturais, fundamentada nos princípios da interculturalidade (SILVA, 2012, p. 11).

A literatura mostra que a questão da educação indígena, em suas variadas linhas, é uma problemática que tem ganhado espaço nos debates e pesquisas no nosso país, haja vista o logro que se pode considerar a promulgação da Lei nº 11.645. Mas não se pode perder de vista que a importância do estudo da cultura indígena na escola básica, certamente, vai muito além do “conhecer para respeitar e preservar”. Inúmeras pesquisas no campo das ciências sociais buscam conhecer em profundidade as diversas culturas indígenas, e assim contribuir com desconstrução de estereótipos, bem como há discussões que problematizam a relação com as culturas dos não indígenas, a partir de uma perspectiva crítica das relações de poder (CANDAU, 2008; FLEURI, 2012; WALSH, 2012). Diante desse quadro, as pesquisas advindas da problemática em torno da implementação da Lei têm assumido que esse processo não se eximirá de conflitos.

Nesse sentido, há na declaração de um índio de Minas Gerais, Aílton Krenak, reflexões que ilustram bem essa questão. Em uma comunicação sob o título de *A educação indígena: as relações entre cultura e identidade*, ele nos traz algumas reflexões:

Já é hora de superar a postura de colonizar ou conquistar os índios. Isso não deve ser feito nem com os índios, nem com ninguém. Nem com os brancos, com os negros, com os chineses, com ninguém. Na verdade isso não pode ser feito com o ser humano. O nosso desejo de liberdade, da vida, ele sugere que todos nós, tanto vocês professores, como seus alunos, estamos produzindo um mundo que nós acreditamos que seja essencial para o espírito, porque não existe um mundo só material, objetivo e prático, existe um mundo espiritual, que exatamente trabalha o intelecto, o nosso conhecimento para que a gente possa chegar cada vez mais próximo da nossa possibilidade de estar no mundo de uma forma criativa. (KRENAK, 1996, p. 95)

Para além das concepções políticas percebidas na sua fala, construídas, provavelmente, tanto na experiência pessoal como a partir dos debates gerados pelos conflitos históricos entre indígenas e não indígenas no Brasil, bem como possivelmente, no acesso a resultados de pesquisas acadêmicas, Krenak (1996) nos remete a pesquisadores que põem em discussão o modo hegemônico eurocêntrico de construir conhecimento e de se relacionar com a natureza, enfim, de ser e estar no mundo.

Segundo Almeida e Pucci (2014), apesar da Lei 11.645, o mundo indígena ainda está distante das escolas. As pesquisadoras afirmam que os recursos didáticos para se trabalhar com a música indígena ainda são escassos, em razão de ser pouco estudada por educadores musicais, e que quando há material disponível, poucos desenvolvem um trabalho consistente com a cultura indígena, em vista da complexidade da questão.

Para pensar a função da música nas interações entre grupos indígenas e pessoas não indígenas, Stein (2009) nos ajuda com sua etnografia que buscou compreender o papel das crianças e seus cantos no modo de ser do povo indígena Mbyá-Guarani que vive em aldeias em municípios próximos a Porto Alegre/RS.

Na performance de suas sonoridades faladas e cantadas reafirmam uma unidade étnica por metáforas físicas sobre o corpo e o território. Os *mborai*<sup>1</sup> feitos na *opy*<sup>2</sup> ou executados pelos grupos musicais em espaços da aldeia, nos palcos das cidades ou para gravações dos CDs [...] são objetos estéticos materializados em ações sonoras, cujos significados servem de argumentos para a elaboração de uma identidade étnica, mas também como circulação de sentidos entre grupos indígenas e não-indígenas, entre uma diversidade de culturas heterogêneas e dinâmicas. (STEIN, 2009, p. 165)

A autora percebeu também o posicionamento político dos seus pesquisados em sua demanda por reconhecimento:

Esta apresentação do coral, como outras realizadas pelo *Nhë'ë Ambá*<sup>3</sup>, permitiu a sobreposição de argumentos expressos pelo *kyringüé ruvixá* no sentido da afirmação identitária dos Mbyá no campo inter-étnico, que via de regra é percebido pelos Mbyá como um campo de disputas, em que as territoriais são as mais ressaltadas. As pessoas da cidade, os não-indígenas, nestas apresentações públicas são alvo de convencimento e crítica, acredito que pelos Mbyá entenderem que suas opiniões e ações tenham força nas concepções e representações legais sobre políticas territoriais e direitos indígenas e nas relações cotidianas entre cidadãos, Mbyá aldeados, vizinhos e políticos. Ou seja, os lugares povoados por não-indígenas são tratados pelos Mbyá como arena política, de lutas e conquistas. Os não-indígenas são tratados, concomitantemente, como inimigos e aliados em potencial, como indicam as falas de lideranças Guarani, a exemplo do discurso de Marcelo

---

<sup>1</sup> Cantos sagrados.

<sup>2</sup> Casa cerimonial.

<sup>3</sup> Nome de um dos grupos de canto e danças pesquisados.

Kuaray [Coordenador do grupo *Nhë'ë Ambá*] naquele momento em Viamão. (STEIN, 2009, p.175-176)

A partir da proposição de um conceito alargado de música entendida como cultura, Queiroz (2015) defende seu ensino numa perspectiva intercultural, como desafio à proposta monocultural neoliberal, e que não se isenta dos conflitos, na “busca de uma sociedade mais humana, tecida numa pluralidade de estratégias que permitam articular políticas de igualdade com políticas de diversidade” (QUEIROZ, 2015, p.204). Para isso, nos convida a olhar a música para muito além de seus aspectos estéticos.

Parafraseando o conhecido provérbio chinês “quando um dedo aponta para a lua, o tolo olha para o dedo”, acredito que, pensando na música, podemos afirmar: quando soa uma canção... o tolo ouve ritmo, melodia, harmonia e letra. Epistemologias da etnomusicologia, somadas a proposições da antropologia hermenêutica, bastante propagadas na área de música a partir do diálogo com os estudos de Clifford Geertz (1973), principalmente na obra *A interpretação das culturas*, tem nos possibilitado o entendimento de que os sons e suas infinitas formas de organização são a materialização física da música, mas a dimensão humana e representativa da expressão musical estão, de fato, na esfera do significado. Os que se limitam a ouvir ritmos, melodias, letras, acordes, entre outros parâmetros físicos da expressão musical, jamais ouviram música, apenas perceberam alguns poucos elementos da rica e complexa teia que tal fenômeno representa. (QUEIROZ, 2015, p. 209)

Diante dessas discussões, cheguei à seguinte questão de pesquisa: a presença dos Fulni-ô na escola tem possibilitado aos estudantes ampliar suas práticas e aprendizagens musicais? Como isso tem se processado?

Defini como objetivos da pesquisa compreender de que forma a presença dos indígenas na escola conflui para aprendizagens musicais, focando, em especial, as relações estabelecidas entre esses indígenas e estudantes investigados, a partir das práticas musicais compartilhadas. Para isso busco conhecer a intenção dos indígenas Fulni-ô em relação às suas visitas na Escola; como os estudantes vivenciam essa experiência e as possíveis relações que os estudantes estabelecem entre os conteúdos da educação musical na escola e a cultura musical indígena Fulni-ô compartilhada.

## Aspectos metodológicos

A pesquisa é de perspectiva qualitativa. Conforme Bogdan e Biklen (1994) “ao apreender as perspectivas dos participantes, a investigação qualitativa traz luz sobre a dinâmica interna das situações, dinâmica esta que é frequentemente invisível para o observador exterior” (p. 51). No processo de aproximação com os sujeitos pesquisados, aos poucos vamos construindo “um quadro que vai ganhando forma à medida que se recolhem e se examinam as partes” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 50). Nesse sentido, a pesquisa qualitativa não é apriorística: situações e descobertas vão se constituindo no desenrolar do processo investigativo, estabelecendo uma dinâmica própria, inerente ao fenômeno em questão.

Essa forma de fazer pesquisa pressupõe uma compreensão experiencial, é interpretativa e lida com a subjetividade dos envolvidos (LAVILLE; DIONNE, 1999). Entre outras questões que me preocupam, estou ciente das implicações do exercício antropológico de estranhamento e familiarização (ARROYO, 2000, p. 18).

Elegi o estudo de caso único como método para a pesquisa, o qual consiste no estudo profundo de um fenômeno contemporâneo em um dado contexto (STAKE, 2009; YIN, 2001).

Observações e entrevistas semiestruturadas estão previstas direcionadas para os indígenas, estudantes, gestores e professores da escola, utilizando, ademais, os recursos audiovisuais de registro dos momentos de interação entre os atores da pesquisa.

A escola campo da pesquisa está na área urbana do município de Paudalho e integra o sistema de ensino da rede pública do Estado de Pernambuco. É uma Escola de Referência em Ensino Médio, um tipo de unidade ligada ao Programa de Educação Integral da Secretaria de Educação (as EREM são escolas que oferecem o ensino médio apenas, em tempo integral). Os alunos são egressos da rede pública municipal, em sua maioria, e não passam por teste de conhecimentos/seleção como forma de acesso, como acontece nas de ensino técnico da mesma rede. Estudantes e professores têm jornada integral, de segunda a sexta-feira.



O currículo dessa Escola oferta o ensino de música como disciplina nos três anos do ensino médio. A carga é de 40 horas-aulas anuais, o que equivale a uma aula (50 minutos) semanal, por série/ano e turma.

Dentre os estudantes que aceitaram colaborar com a pesquisa, tomei como critério terem participado de encontros programados e acontecidos nas salas de aula, bem como estarem presentes às apresentações dos indígenas para toda a comunidade escolar. Quanto aos indígenas, fiz o convite para participação do estudo ao Grupo, deixando que eles indicassem seus interlocutores, depois de conversas preliminares em que os Fulni-ô manifestaram pleno interesse em colaborar com o estudo.

## **Finalizando**

Esta pesquisa ao buscar construir uma compreensão abrangente acerca do fenômeno estudado – a relação entre indígenas Fulni-ô, estudantes e suas implicações pedagógicas musicais – poderá contribuir para o debate no campo da Educação musical acerca da música indígena nas escolas. Esse estudo poderá trazer também contribuições para os debates e diálogos no cenário da implementação da Lei nº 11.645/2008 em nossa área, e quiçá em áreas afins.

## **Referências**

ALMEIDA, Berenice de; PUCCI, Magda. Há espaço para a música indígena em um Brasil multicultural? A inserção do repertório indígena na educação musical. In: ENCONTRO REGIONAL NORTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 8, 2014, Rio Branco. *Anais...* Rio Branco: ABEM, 2014.

ARROYO, Margarete. Mundos musicais locais e educação musical. *Em Pauta: Revista do Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre*, v. 13, n. 20, p. 95-121, jun. 2002.

ARRUTI, José Maurício Andion. A árvore Pankararu: fluxos e metáforas da emergência étnica no sertão do São Francisco. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. 2. ed. Rio de Janeiro: LACED, 2004.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto editora, 1994.

CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. *Revista Brasileira de Educação*, v.13, n. 37, p. 45-56, 2008.

FLEURI, Reinaldo Matias. Apresentação: Educação intercultural: decolonializar o poder e o saber, o ser e o viver. *Visão Global*, Joaçaba, v. 15, n. 1-2, p. 7-22, jan./dez. 2012. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/visaoglobal/article/view/3408/1507>>. Acesso em: 14 jul. 2016.

FOTI, Miguel. Resistência e segredo: relato de uma experiência de antropólogo com os Fulni-ô. In: SCHRÖDER, Peter (Org.). *Cultura, identidade e território no Nordeste indígena: os Fulni-ô*. Recife: Editora UFPE, 2012. p. 63-87.

GREEN, A. M. Les enjeux méthodologiques d'une approche sociologique de faits musicaux. In: GREEN, A. M. (Org.). *Musique et sociologie: enjeux méthodologiques et approches empiriques*. Paris: L'Harmattan, 2000, p. 17-40 *apud* SOUZA, Jusamara. Música, educação e vida cotidiana: apontamentos de uma sociologia musical. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, Editora UFPR, n. 53, p. 91-111, jul./set. 2014.

GEERTZ, Clifford. *The Interpretation of Culture*. New York: Basic Books, Inc., Publishers, 1973 *apud* QUEIROZ, Luis Ricardo Silva. Há diversidade(s) em música: reflexões para uma educação musical intercultural. In: SILVA, Helena Lopes da; ZILLE, José Antônio Baêta (Orgs.). *Música e educação: série diálogos com o som – Ensaios*. Barbacena: EdUEMG, 2015, p. 197-2015. v. 2.

KRAEMER, Rudolf-Dieter. Dimensões e funções do conhecimento pedagógico-musical. *Em Pauta: Revista do Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, v. 11, n. 16/17, p. 50-73, 2000.

KRENAK, Aílton. A educação indígena: as relações entre cultura e identidade. In: DAYRELL, Juarez (Org.). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996. p. 92-95.

QUEIROZ, Luis Ricardo Silva. Há diversidade(s) em música: reflexões para uma educação musical intercultural. In: SILVA, Helena Lopes da; ZILLE, José Antônio Baêta (Orgs.). *Música e educação: série diálogos com o som – Ensaio*. Barbacena: EdUEMG, 2015, p. 197-2015. v. 2.

SCHRÖDER, Peter (Org.). *Cultura, identidade e território no Nordeste indígena: os Fulni-ô*. Recife: Editora UFPE, 2012.

SILVA, Edson Hely. Expressão da cultura imaterial indígena em Pernambuco. in: GUILLEN, Isabel C. M. (Org.). *Tradições & traduções: a cultura imaterial em Pernambuco*. Recife: EDUFPE, 2008. p. 215-230.

SILVA, Edson. Dia do índio: entre a “tribo curunais” e a “tribo carochinha”: a continuidade da folclorização da temática indígena na escola. *Construir Notícias*, v. 72, p. 35-41, 2013.

Disponível em: < <http://arquivodepernambuco.blogspot.com.br/p/patrimonio-cultural-povos-indigenas.html>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

SILVEIRA, Lídia Márcia Lima de Cerqueira; MARQUES, Luciana Rosa; SILVA, Edson Hely. Fulni-ô: história e educação de um povo bilíngue em Pernambuco. *Cadernos de Pesquisa*, São Luís, v. 19, n. 1, jan./abr., 2012.

SOUZA, Jusamara. Música, educação e vida cotidiana: apontamentos de uma sociologia musical. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, Editora UFPR, n. 53, p. 91-111, jul./set. 2014.

STEIN, Marília Raquel Albornoz. *Kyringüé mboráí – o canto das crianças e a cosmo-sônica Mbyá-Guarani*. 2009. 309 p. Tese (Doutorado em Música: Etnomusicologia) – Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: < <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/17304>>. Acesso em: 02 jun. 2016.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y (de)colonoalid: perspectivas críticas y políticas. *Visão Global*, Joaçaba, v. 15, n. 1-2, p. 61-74, jan./dez. 2012. Disponível em: < <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/visaoglobal/article/view/3412/1511>>. Acesso em: 14 jul. 2016.

YIN, Robert. Estudo de caso: planejamento e métodos. Tradução: Daniel Grassi. 2. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.